

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Olho de Jacaré Class.: _____

Data: 31/05/84 Pg.: _____

Os Pataxó na próxima obra de Jorge Amado

O crime sem medida. O genocídio", fez como o imortal Jorge Amado se refere à situação da comunidade indígena do Sul da Bahia, mais precisamente em Pau-Brasil — região rica em cacau e especiarias —, composta por remanescentes dos Pataxós Han Han Haen, Baenan, Botocudos, Kamakan, Tupiniquim, Menians e Kiriris.

"Os Pataxós e sua luta me preocupam tanto que no romance que estou escrevendo faço neles", diz o escritor em carta que enviou na semana passada à Anaíba. Afirma que os índios "estão sendo vítimas, na Bahia, mais uma vez, da violência mais brutal, do terrorismo

mais monstruoso, do roubo mais indigno: invadem, assaltam, ocupam suas terras e tentam liquidar os sobreviventes de massacres anteriores."

Para o escritor baiano, "vale a pena recordar o sucedido nos idos dos anos 30, quando as mesmas forças que mantêm a exploração da terra no Brasil em métodos feudais tentaram acabar de uma vez para sempre com os índios Pataxós. O fato volta a repetir-se, o crime sem medida, o genocídio: os Pataxós estão novamente ameaçados nos seus direitos mais sagrados à terra que lhes pertence e à vida livre que buscam viver, mantendo seu hábitos e sua cultura. Já é

tempo de dizer basta a essa situação infame. Já é tempo de impor a verdade e exigir respeito à propriedade dos Pataxós e de todos os índios ainda existentes no Brasil. Protestar e exigir é uma responsabilidade de todos nós, brasileiros".

Paralelamente a esta manifestação de Jorge Amado, a Anaíba enviou, no último domingo, um telegrama ao presidente em exercício, Aureliano Chaves, denunciando as ameaças feitas por fazendeiros aos índios do Sul da Bahia e apelando para que a decisão da Justiça para o caso dos Pataxós possa ocorrer livre de pressões e que seja prestada a devida assistência à população indígena.

Depois de 12 anos, Nambiquaras recuperam terras no Guaporé

BRASÍLIA — Por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, os índios Nambiquara, contatados pelo marechal Rondon no início do século, recuperaram ontem parte de suas terras no Vale do Guaporé, Norte de Mato Grosso. As terras estavam sendo disputadas pelo fazendeiro Antônio Morimoto, que, em 1972, juntamente com outros empresários paulistas, entre eles o proprietário da Cofap Amortecedores, Abraham Kasinski, recebeu certidão negativa da Funai afirmando que não havia índios na área.

A história das terras Nambiquara começou em 1972, durante o Governo Médici. Na ocasião, a Funai era dirigida

pelo general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, que determinou a retirada dos índios do Vale do Guaporé, um dos mais férteis da região Noroeste, para entregá-lo a investidores paulistas. Os índios foram transferidos para outra região de Mato Grosso onde, segundo o próprio Bandeira de Mello, "não cresce nem minhoca".

No final da década de 70 os Nambiquara começaram a retornar para suas terras. Na ocasião, o Ministério do Interior assinava convênio com o Banco Mundial para construir a estrada Cuiabá-Porto Velho. Entre as condições impostas pelo Bird, uma estipulava que o projeto de construção da estrada e

implantação do Polonoroeste fosse acompanhada por antropólogos. O ministro Mário Andreazza reclamou mas alguns meses depois desembarcava em Mato Grosso o antropólogo David Price, que anos antes fora afastado do convívio desses índios após ter denunciado o extermínio dos Nambiquara.

Na defesa apresentada ontem no Supremo Tribunal Federal, a Funai afirma que "é indubitável serem as áreas, em apreço, 'habitat' permanente dos índios Nambiquara, tal fato constatado após longos estudos históricos e antropológicos. As terras não foram desocupadas nem declaradas abandonadas".